

Artigos originais

## ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NOS CONTEXTOS DO ENSINO SUPERIOR

Original articles

## ACCESSIBILITY AND INCLUSION IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION

Marily Oliveira Barbosa\*

<http://lattes.cnpq.br/5532748263640890>

Neiza de Lourdes Frederico Fumes\*\*

<http://lattes.cnpq.br/8834824295660511>

Arlindo Lins de Melo Júnior \*\*\*

<http://lattes.cnpq.br/2662803020242355>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN  
2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

### RESUMO

Neste artigo analisamos a acessibilidade de uma instituição de ensino superior, a partir do olhar dos atores envolvidos: o coordenador de um curso de graduação e de duas alunas desse mesmo curso, usuárias de cadeiras de roda. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual usamos como instrumento a entrevista semi-estruturada. Os resultados apontaram que o coordenador de curso conhecia os conceitos de inclusão e acessibilidade. Por outro lado, as condições de acessibilidade, sobretudo, arquitetônicas das instalações do curso, eram precárias e prejudicavam o seu pleno usufruto pelos alunos com deficiência física regularmente matriculados em diferentes cursos de graduação que necessitam de meios acessíveis para sua locomoção. As alunas participantes da pesquisa percebiam que estas condições dificultavam sua vida universitária e uma delas, mais particularmente, lutava, para que houvesse modificação desta situação. Pudemos concluir que de fato os alunos com deficiência travavam lutas para permanecer na educação superior, pois embora a acessibilidade seja um direito, ainda não foi plenamente efetivado. As instituições, principalmente a pesquisada, ainda têm muito que melhorar para se tornar inclusiva.

Palavras chaves: Acessibilidade; Inclusão; Ensino Superior.

---

\* Mestranda no programa de pós-graduação em educação brasileira pela Universidade Federal de Alagoas e integrante do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI). <http://lattes.cnpq.br/5532748263640890> marilyed@hotmail.com

\*\* Docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas e coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI). <http://lattes.cnpq.br/8834824295660511> neizaf@uol.com

\*\*\* Graduando em Educação física Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas e integrante do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI). <http://lattes.cnpq.br/2662803020242355> al.edf@r7.com

## ABSTRACT

In this article we analyze the accessibility of a college, from the view of the actors involved: the coordinator of an undergraduate degree and two students of the same course, users of wheelchairs. This is a qualitative study, in which we use as a tool to semi-structured interview. The results indicated that the course coordinator knew the concepts of inclusion and accessibility. Moreover, the accessibility conditions, especially architectural installations, were poor and undermined their full enjoyment by students with disabilities enrolled in different undergraduate courses that require accessible means for locomotion. The students interviewed perceived these conditions hindered their college life and one of them, particularly, struggled to change the situation. We concluded that in fact students with disabilities were waging struggles to stay in college. Although accessibility is a right, it's not fully accomplished yet. The institutions researched still needs to improve a lot to become inclusive.

**Keywords:** Accessibility, Inclusion; College.

## INTRODUÇÃO

A acessibilidade urbanística, arquitetônica, em meios de comunicação, entre outras, é essencial para que todos os cidadãos tenham assegurados os seus direitos, conforme prevê a Constituição Federal<sup>1</sup>. Segundo Dischinger e Bins Ely (2005), a acessibilidade é constituída por um espaço acessível que permite ao usuário ir e vir, participar de todas as atividades que o local proporcione, sempre com autonomia, segurança e conforto, independente das habilidades e restrições que o individuo possua.

Vizioli e Peres (2004) mencionam que a acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance para utilização das edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos. Contudo, Oliveira (2003) e Ferreira (2007) relatam que, apesar de sua relevância para a vida do cidadão e mesmo existindo diversos dispositivos legais que a garanta, infelizmente este importante elemento para a vida em comunidade ainda não é uma realidade em muitos espaços da sociedade brasileira. Talvez por isso que Silva (2006) considere que o fato de serem poucas as pessoas com deficiência que encontramos nos diferentes espaços sociais deve-se às barreiras arquitetônicas, ausência de sinalizações, transporte inadequado, entre outros.

Considerando os aspectos anteriores e o fato de haver legislação específica para a promoção da acessibilidade nas instituições de ensino superior (p. ex. a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, e Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006)<sup>2</sup>, estas instituições deveriam estar preparadas para garantir o direito de ir e vir de seus usuários. Além disso, lembramos que vivemos em um tempo em que o paradigma inclusivo ganha

---

1 No seu artigo 3º, inciso IV, é indicado como objetivos fundamentais do país “a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

2 Lembramos inclusivamente que quesitos relacionados à acessibilidade constituem elementos da avaliação para autorização e reconhecimento de curso e credenciamento de instituição da visita *in loco*.

espaço em nossa sociedade e que uma sociedade inclusiva pressupõe ambientes que acolham a todos, independente de sua condição. Soares (2010) aponta ainda para um novo papel do ensino superior e da instituição de ensino que é ser capaz de criar, repensar suas práticas na construção de projetos e ambientes acessíveis a todos.

Andrade et al (2007) salientam que a acessibilidade em uma instituição de ensino deve englobar todas as estratégias, desde a questão da acessibilidade física, como também a acessibilidade de comunicação, de sinalização, pedagógica, atitudinal, de equipamento, locomoção e digital. Pois é a partir de tais acessibilidades que podemos contribuir para um ensino superior de fato inclusivo.

Neste artigo analisaremos a acessibilidade de uma instituição de ensino superior, a partir do olhar dos atores envolvidos: o coordenador de um curso de graduação e de duas alunas desse mesmo curso, usuárias de cadeiras de roda.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, trabalhando com a subjetividade dos participantes, em particular com as suas atitudes, valores, crenças, e buscando compreender suas respostas de forma a tornar o problema mais explícito (COSTA, 2001).

Silva et al (2009) consideram que neste tipo de estudo o pesquisador está mais interessado em compreender o ambiente de pesquisa, descrevendo detalhes, procurando indícios e também evidências dos dados coletados no campo da pesquisa, para tal interessa-se em escutar e dar voz aos sujeitos participantes.

Mais especificamente, participaram desta pesquisa três sujeitos: o coordenador de curso e duas universitárias usuárias de cadeiras de roda. Todos os sujeitos estavam vinculados a uma instituição de ensino superior privada, localizada em uma capital do Nordeste brasileiro.

Para levantamento dos dados, o instrumento escolhido foi a entrevista semi-estruturada. Boni e Quaresma (2005) consideram que neste tipo de entrevista o pesquisador deve estruturar um conjunto sutil de questões previamente e realizar tais perguntas em um contexto semelhante ao de uma conversa informal, possivelmente intervindo durante a entrevista, com perguntas adicionais, tentando obter as respostas ao questionamento proposto.

Os dados foram coletados na própria IES e todo o processo seguiu

estritamente os princípios éticos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas.

Posteriormente à entrevista e sua transcrição, foi realizada a conferência das mesmas e uma análise minuciosa e exaustiva de todos os dados. Este processo orientou-se pela análise de conteúdo, que segundo Esteves (2006) é um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informação previamente recolhida, quer sejam por meios de dados de observação, entrevistas, entre outros.

Foi possível levantar as seguintes categorias: “Ingresso e permanência de discentes usuárias de cadeiras de rodas na educação superior” e “A acessibilidade vista pelo olhar das universitárias com deficiência física”.

## **ANÁLISE DE DADOS**

Começamos a apresentação dos resultados com a descrição de algumas características dos participantes da pesquisa.

O coordenador do curso, Diogo<sup>3</sup>, estava há quatro anos no desempenho dessa função, embora estivesse na instituição há mais tempo por ter ingressado como professor anteriormente a isto. Possuía formação inicial em Psicologia e tinha doutorado em sua área específica de atuação. Em termos de conhecimentos relacionados à Educação Especial e experiências afins, durante a graduação tinha convivido com pessoas com deficiência (um dos seus colegas possuía deficiência física, semelhantemente a das outras participantes desta pesquisa) e na especialização cursou uma disciplina que tratava sobre a Educação Especial.

As duas alunas participantes da pesquisa possuíam deficiência física e necessitavam da cadeira de rodas para se deslocar. Ambas estavam no último ano do curso de graduação.

Luiza, no momento da pesquisa, tinha 42 anos de idade e disse nunca ter repetido qualquer disciplina. Em todos os momentos do curso, foi acompanhada pelo seu pai, que a levava até a instituição, acompanhava-a durante todo o período de aulas e auxiliava-a na execução de todas as demandas que ocorressem naquele espaço educativo. A outra universitária era Milena, de 50 anos, que sempre ia sozinha para a instituição e dependia

---

<sup>3</sup> Todos os nomes utilizados na pesquisa são fictícios.

do auxílio dos trabalhadores da instituição e dos colegas de sala para se locomover dentro dela.

Em relação à instituição pesquisada, podemos ressaltar que era de âmbito privado e que havia vários alunos com deficiência física regularmente matriculados em diferentes cursos de graduação. O curso em análise funcionava em um prédio reformado pela instituição mantenedora, mas que mesmo assim não oferecia acessibilidade física.

Nomeadamente, para acesso principal ao prédio havia uma rampa longa e com acentuada inclinação. Internamente, havia muitas escadas para o acesso de um pavimento para o outro e rampas com acentuada inclinação. Não havia elevadores para acesso as salas, inclusive para a secretaria do curso. Os bebedouros e telefones públicos instalados no prédio também não ofereciam nenhum tipo de acessibilidade. A instituição possuía um estacionamento privado que ficava localizado próximo ao prédio frequentado pelas alunas, mas que também apresentava problemas relacionados à acessibilidade arquitetônica, pois não apresentava rampa de acesso para usuários de cadeira de roda, tendo apenas a rampa de acesso para os carros, o que comprometia a segurança das alunas, inclusive as mesmas ainda teriam de atravessar uma rua de duas vias, com intensa movimentação. Para essa travessia existia uma faixa de pedestre, que ficava em frente à instituição, porém gostaríamos de indicar que nesta cidade não era usual o respeito aos pedestres que a utilizavam, o que tornava a passagem, muitas vezes, perigosa. A instalação de um semáforo poderia tornar este momento mais seguro para todos os usuários. De fato, este cenário dificultava a autonomia das alunas Luiza e Milena, que não podiam frequentar, com autonomia, independência e segurança, todas as partes do prédio que estudavam. Vejamos mais detalhadamente o que nos falam os sujeitos da pesquisa.

## **INGRESSO E PERMANÊNCIA DE DISCENTES USUÁRIAS DE CADEIRAS DE RODAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

É inerente ao processo de inclusão de alunos usuários de cadeiras de rodas que as instituições de ensino superior ofereçam meios eficazes de acesso. Estas iniciativas devem começar pelo processo seletivo para o ingresso e continuem e prosseguir até a conclusão de curso. No tocante ao processo seletivo da instituição em análise, este ocorria em diversos prédios, não sendo necessariamente nas instalações do curso ao qual o candidato se candidatou. Foi isto que aconteceu com as discentes Luiza e Milena: ambas fizeram as provas em locais acessíveis e após sua aprovação foram encaminhados aos

respectivos prédios que funcionavam o seu curso. Tal acontecimento pode ser observado no recorte a seguir:

A localidade do processo seletivo foi boa. Quanto a isso, eu não posso reclamar. No processo de vestibular, eu não tive problema nenhum, mas o prédio que eu estudo deixa a desejar (discente Luiza).

O coordenador do curso explicou um pouco mais sobre o processo de matrícula na instituição:

A matrícula é feita num auditório de livre acesso, tanto para deficientes físicos como visuais em toda a instituição. Nós identificamos as necessidades e colocamos salas de fácil acesso para esses alunos. (Coordenador Diogo)

A partir da fala dos entrevistados observamos que o processo seletivo e a matrícula eram realizados em um local de fácil acesso da instituição, contudo, após essa etapa inicial, as alunas (bem como, os outros alunos com deficiência da instituição) eram encaminhadas para o local em que o curso funcionava. Neste ambiente havia a preocupação em colocar os alunos em salas de fácil acesso, entretanto isso não eliminava uma série de outras barreiras arquitetônicas do local.

Thoma (2006) considera que os alunos com deficiência entram no ensino superior de forma legitimada, no entanto, recebem pouco ou nenhum apoio da instituição, uma vez que esta nem sempre apresenta condições favoráveis para receber identidades distintas do modelo de normalidade constituído pela sociedade.

Muitas vezes, a estrutura arquitetônica das instituições é adaptada depois de suas construções. Tal fato foi observado na instituição pesquisada, conforme podemos constatar no fragmento a seguir do coordenador:

O curso tem ao todo cinco alunos deficientes físicos cadeirantes, três no turno vespertino, dois no noturno. E, nós geralmente disponibilizamos as primeiras salas para os cadeirantes. Existe uma tentativa de trabalhar com o conceito de inclusão, no entanto alguns prédios ainda necessitam de um processo de adaptação. O curso, por exemplo, funciona numa estrutura, com muitas escadarias e rampas, no entanto a gente está tentando adequar isso com a construtora do prédio que vai favorecer todo o acesso desse estudante ao nosso curso (Coordenador Diogo).

Esta situação acontece mesmo mediante das orientações para a promoção da acessibilidade da Portaria nº 3.284/2003 e dos requisitos para a autorização e reconhecimento de curso, estabelecidos pelo Ministério da Educação (Decreto nº 5.773/2006). Além desta imposição legal, Silva (2006) menciona que a instituição educacional deverá se preparar para acolher todos os alunos e para isso deve realizar

uma ação conjunta em que seja promovida a adaptação de mobiliário e produção materiais didáticos pedagógicos para esses alunos, de acordo com suas necessidades educacionais.

É importante lembrar que a luta da pessoa com deficiência não se restringe ao ingresso na educação superior, mas, também, pela dignidade de permanecer neste nível de ensino, sendo assim respeitada em sua diversidade (OLIVEIRA, 2010).

Ainda quando perguntamos ao coordenador sobre como ele avaliava a inclusão de pessoas com deficiência na instituição que trabalhou, ele afirmou:

Caberia a mesma [a instituição pesquisada] viabilizar todo o processo de ingresso inclusivo desse aluno cadeirante. O apoio que nós temos aqui é justamente a mobilidade de um laboratório para outro, por exemplo, nós disponibilizamos um funcionário pra acompanhar essas pessoas, facilitando o deslocamento (Coordenador Diogo).

No relato citado acima observamos que o coordenador de curso possui conhecimento sobre a necessidade de incluir efetivamente os alunos com deficiência em sua instituição, contudo dispunha de poucos apoios para estes alunos. A simples troca de sala não demonstrava ser suficiente para a eliminação de barreiras, já que as alunas necessitavam se deslocar para outros ambientes da instituição. A disponibilização de um funcionário para acompanhá-las nos deslocamentos não poderia ser considerada como a melhor solução, pois, primeiramente, comprometia a independência das alunas e conseqüentemente o seu direito de ir e vir, e, em segundo lugar, o funcionário tinha outras funções para além do acompanhamento das alunas com deficiência física, o que fazia com que, muitas vezes, houvesse um tempo de espera prolongado.

Cabe aqui ressaltar que, para a inclusão se efetivar, é necessário que a instituição possua uma boa acessibilidade, pois, quando estes espaços não estão adequados às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, elas são privadas de autonomia e independência, complicando a sua efetiva inclusão, uma vez que as instituições de ensino superior têm a obrigação, por lei, de manter os ambientes acessíveis para todos aqueles que desejem frequentá-la (OLIVEIRA, 2003).

Para o coordenador garantir direitos aos alunos com deficiência, ele necessita oferecer a estes as mesmas garantias que os demais alunos. Segundo Rodrigues (2004) para uma instituição de nível superior assegurar os direitos à educação e igualdade de oportunidade, ela terá que observar e refletir quanto as suas capacidades de oferecer sucesso aos seus alunos, oferecendo e reconhecendo os direitos dos alunos com deficiência.

Através do cumprimento dos direitos garantidos por lei é que a instituição consegue prover os apoios necessários para o acadêmico operar melhor o mundo e possa de fato (e não mais apenas de direito) se apropriar do papel fundamental da instituição que é garantir o acesso aos conhecimentos, a uma formação acadêmica de qualidade e que esta resulte numa autonomia perante a sua atuação frente à sociedade.

Para Soares (2006), instituição de ensino superior possui uma função social que não se restringe exclusivamente à acadêmica. Essencialmente, deve moldar-se ao contexto na qual está inserida, rompendo muitos dos padrões que por vezes parece confiná-la em seu próprio espaço.

## **A ACESSIBILIDADE VISTA PELO OLHAR DAS UNIVERSITÁRIAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

As universitárias participantes da pesquisa são enfáticas em apontar as dificuldades para se deslocar na instituição por conta das barreiras arquitetônicas existentes na instituição de ensino superior que frequentam e como estas barreiras interferem na sua independência. Estas situações são relatadas nos fragmentos a seguir:

O prédio que eu estudo deixa a desejar, ou seja, tem muitas rampas, mas as salas são muito lá embaixo, rampas muita inclinação, a faculdade deixa pessoas disponíveis para nos conduzir as salas, quanto a isso tem pessoas que nos ajuda, os trabalhadores elas vem quando a gente pede ou manda chamar (discente Luiza).

Horrível, horrível, cheio de rampas. [...] É impossível descer sozinha e para subir não dá, e eu só uso um braços, sempre tenho de chamar alguém e isso é muito chato (discente Milena).

A partir das observações dos relatos, pudemos constatar que a instituição não se preparou de forma adequada para receber os alunos, estando ainda desprovida das condições necessárias para o deslocamento da pessoa em cadeira de rodas, com autonomia, independência e segurança.

Pereira (2006) considera que não é admissível que os alunos com deficiência tenham que enfrentar cotidianamente os obstáculos usualmente vivenciados nos espaços das instituições superiores, bem como as burocracias inconvenientemente estabelecidas, interferindo, muitas vezes, no processo de inclusão deste aluno. Por sua vez, Ferrari e Sekkel (2007) relatam que todos os alunos, independente de possuir deficiência ou não, têm o direito de encontrar condições de permanência e conclusão de curso que levem em consideração as suas dificuldades.



Por conta destas condições adversas, as alunas relataram momentos de lutas travadas na instituição pelo direito de um local mais acessível, conforme podemos observar a seguir:

Foi tornar essa sala mais acessível, pois não tinha rampa. Tudo que eu necessito eu tenho que solicitar, pois, se eu não falo, nada acontece. É com muita luta nossa, minha em particular, temos agora uma biblioteca ampla e com elevador. Os banheiros estão mais decentes hoje. Estão assim ótimos. Agora temos um banheiro só para nós cadeirantes (discente Milena).

As conquistas relatadas pela discente retratam as questões relacionadas à necessidade do empoderamento das pessoas com deficiência, que muitas das vezes tem de reivindicar ações junto às instituições para assim obterem a construção de espaços acessíveis. A discente Milena relatou que foi através de sua luta que conquistou apoios que já são suas por direito, como é o caso do elevador e dos banheiros adaptados.

Por isso, observamos a necessidade dos indivíduos possuírem conhecimento sobre seus direitos, pois é através destes conhecimentos que a mudança se faz possível. Vale salientar que quando as mudanças ocorrem auxiliam a todos e não apenas aos alunos com deficiência. Alcoba (2008) avalia que a presença dos alunos com deficiência tem sido de grande importância para que as mudanças necessárias à sua plena participação se materializem. Com o tempo, as instituições se tornam mais equipadas e experientes para responder, cada vez melhor e mais prontamente, às necessidades de cada aluno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pudemos concluir que de fato os alunos com deficiência travam lutas para permanecer na educação superior, pois embora a acessibilidade seja um direito, ainda tem de lutar para que de fato ocorra. As instituições, principalmente a pesquisada ainda tem muito que melhorar para se tornar inclusiva.

Embora haja iniciativas por parte das instituições de ensino superior para efetivar a inclusão dos alunos com deficiência, como eliminação das barreiras arquitetônicas, através de reformas, tais iniciativas ainda se mostram tímidas quando se trata do esforço necessário para que essa instituição seja considerada inclusiva e preparada para receber todo tipo de alunado.

É preciso salientar que a inclusão propriamente dita ainda encontra-se em processo de construção no ambiente de ensino superior, ainda que o ingresso de alunos

com deficiência nas IES já seja uma realidade. Para isto são necessários mais investimentos no desenvolvimento de um ambiente inclusivo dentro desta instituição pesquisada para assim consolidar o processo de inclusão nas instituições de ensino superior.

## REFERÊNCIAS

ALCOBA, S. A. C. **Estranhos no ninho**: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo.

ANDRADE, M.S.A.; et al. **Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior**. *Revista Index*. Barreiras, BA, v. 10, n12 p. 01 – 05, 2007  
Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista/index/php/conquer.article/view/pdfinterstitial27/0>>. Acesso em: 20 agosto 2012.

BRASIL. **Decreto de nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)>. Acessos em 20 agosto. 2012.

BRASIL. **Portaria nº 3.284** de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União, Brasília, 11-11-2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> Acessos em 20 agosto 2012.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Disponível em: [http://www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf) Acessado em: 20 de outubro de 2009.

COSTA, M. A. F. da. **Metodologia da pesquisa**: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.H. M. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos**: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, v. 13, n.1, p.43-60, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, A.A. Olhares e percepções de alunos e professores sobre a inclusão no ensino superior. **Anais do ENDIPE**, Belo horizonte, 2010.

OLIVEIRA, E. T. G. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**, Marília, 2003. Disponível em: [http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/17184266.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/17184266.html), acessado em: 22 nov. 2008.

OLIVEIRA, S. K. V. Pontos e contra pontos da inclusão: Um estudo sobre os discentes universitários com deficiência. **Anais do ENDIPE**, Belo horizonte, 2010.

PEREIRA, M. M. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior. **UNlrevista**, Rio grande do Sul, v 1 n 2 p, 01 -06, abril, 2006. Disponível em: [http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1208183558UNlrev\\_Pereira.pdf](http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1208183558UNlrev_Pereira.pdf). Acessos em 20 agosto de 2012.

RODRIGUES, D. A Inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Cadernos**. n .23, 2004. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a1.htm> Acessos em 20 de agosto de 2012.

SILVA, A.F. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**, MEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, CIBEC, Brasília, 2006

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 33, set./dez. 2006.

SOARES, M. T. N; A inclusão de todos e as dificuldades que estão em nós: redimensionando práticas no âmbito do ensino superior. **Anais do ENDIPE**, Belo horizonte, 2010.

THOMA, A. S. A inclusão no ensino superior: “- ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”. In: **29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambú/MG, 2006. pp. 1-18.

VIZIOLI, S. H. T.; PERES, P. T. O direito de ir e vir – Acessibilidade dos espaços de circulação do centro de São Paulo. **Revista Eletrônica de Ética e Cidadania** São Paulo, v.1. n 1, p. 186 -196, agosto, 2004. Disponível em: [http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes\\_-\\_artigos/vizioli\\_peres\\_14.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes_-_artigos/vizioli_peres_14.pdf) >. Acessos em 20 jul de 2012.